

# Constituinte limita acesso ao plenário

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Por iniciativa do segundo vice-presidente, Jorge Arbage (PDS-PA), a Mesa diretora da Assembleia Nacional Constituinte decidiu ontem que não serão mais permitidos nos dois salões que dão acesso ao plenário — o verde e o azul — concentrações, comícios, acampamentos e manifestações, ruidosas ou não. O objetivo da medida é garantir mais segurança durante os debates e votações. Da mesma forma, o acesso do público às galerias será limitado e ficará sob responsabilidade das lideranças partidárias. Haverá também revista eletrônica.

Embora a cargo das Diretorias de Segurança da Câmara e do Senado, nos trabalhos da Constituinte a Mesa poderá tomar "outras providências para assegurar liberdade aos constituintes e a ordem no local". Mas o primeiro secretário da Mesa, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), não quis entrar em pormenores sobre as medidas que poderão ser adotadas numa emergência.

Nos salões verde e azul será permitido o trânsito de pessoas devidamente credenciadas pela primeira secretaria — há informações de que Marcelo Cordeiro já forneceu mais de 500 credenciais a "entidades da sociedade". Esse credenciamento, porém, não dá direito ao acesso du-

rante as discussões e votações da Comissão de Sistematização.

As galerias terão a lotação reduzida de 935 para 661 lugares. Ao público serão destinadas apenas 438 cadeiras, distribuídas proporcionalmente pelas lideranças e com três separações. O PMDB, a maior bancada, terá direito a 200 senhas e o PFL, a segunda, a quase 100. Haverá 88 cadeiras para convidados especiais — corpo diplomático, governadores, autoridades militares, civis e religiosas. A bancada da imprensa comportará 135 jornalistas credenciados, que também poderão circular pelo plenário.

A entrada das galerias será instalado equipamento eletrônico para detectar metais, semelhante aos que existem nos aeroportos. Se alguém for apanhado de posse de qualquer objeto metálico, seu ingresso no local será proibido e a segurança adotará a "providência cabível".

As manifestações populares serão permitidas exclusivamente no salão negro, mas só desde que previamente autorizadas pelo segundo vice-presidente da Mesa, deputado Jorge Arbage. A exceção dos constituintes, todas as demais pessoas autorizadas a ingressar no edifício terão de usar crachás especiais. Os pequenos partidos consideram-se prejudicados na distribuição das senhas de acesso às galerias.



## Caiado espera levar 40 mil à Constituinte

CLAUDIO KUCK  
Enviado Especial

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, percorreu dez Estados e 23 cidades em uma semana, convocando produtores, industriais e comerciantes a irem a Brasília dias 9, 10 e 11, para acompanhar a votação da questão agrária na Comissão de Sistematização da Constituinte. Caiado espera que cerca de 40 mil pessoas acampem no parque da cidade, para seguirem depois em passeata até o Congresso Nacional, "de maneira ordeira e pacífica".

"Todos devem levar as mulheres, filhos e seus trabalhadores rurais, para mostrar que sempre convivemos pacificamente com nossos empregados e que a maioria silenciosa, que produz, não quer que os constituintes manchem de vermelho a Bandeira Nacional" — disse Caiado durante encontro com ruralistas em Três Pontas (MG), iniciado com Hino Nacional. Caiado já pregou a união dos produtores em Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e continua agora sua peregrinação por Mato Grosso. Seu objetivo é "pressionar legitimamente por uma Carta Magna em que a livre iniciativa, a propriedade e o lu-

cro para quem produz estejam garantidos".

A adesão é grande e centenas de ônibus já estão reservados pela UDR para levar os manifestantes a Brasília. Caiado não teme confrontos com os "sem-terra", alegando que a UDR é pacífica, mas quer se manifestar: "Temos de sair de cima do muro e mostrar nossa força, mostrar que democracia não se faz com a paz dos cemitérios". Sem pressão, lembra, nada se consegue. Em todas as cidades, ele repete que "a hora é agora" e que, depois de aprovada a nova Constituição, não vai dar para fazer mais nada, "a não ser aceitar democraticamente a decisão dos constituintes".

O principal alvo dos ataques de Caiado e de outros representantes da UDR é o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, sempre acusado de tentar manipular a Comissão de Sistematização, "de onde tirou os defensores da livre iniciativa e colocou seus 24 relatores de confiança das subcomissões". Em todos os seus discursos Caiado fala também dos "parasitas de Brasília" e critica a reforma agrária "demagógica" de Covas que não sabe diferenciar um boi de uma vaca e desta máquina estatal corrupta e ineficiente".

## Comunistas, agora convidados da FAB

HÉLIO CONTREIRAS

Os comunistas, que até um passado recente só tinham direito, nos quartéis, à prisão, hoje são recebidos da mesma forma que parlamentares de qualquer outro partido. O comentário é do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, para quem "isso não é casuismo nem demagogia, pois as visitas começaram bem antes da Constituinte e vão continuar depois dela. E as visitas de parlamentares a organizações militares são comuns nos regimes democráticos".

De fato, quatro anos após a última prisão de comunistas, em São Paulo, o PCB começa a receber convites para visitar unidades da Força Aérea Brasileira — o deputado Fernando Santana (PCB-BA) visitou um quartel em Natal e o campo de lançamentos da Barreira do Inferno.

Segundo o ministro, as visitas de deputados e senadores, de todos os partidos, são uma boa oportunidade para que eles conheçam melhor a FAB: "Se o objetivo não fosse esse e o de garantir um relacionamento estreito, democrático, não seriam necessárias visitas, pois o lobby de que falamos poderia ser feito num gabinete em Brasília". E acentuou que as visitas são avaliadas muito mais pelo

aspecto institucional e democrático do que pelo custo financeiro.

"Não há nada a esconder no Ministério da Aeronáutica, nem para a imprensa, nem para o Legislativo, nem para o Tribunal de Contas da União. Assim, as novas atividades podem ser avaliadas e fiscalizadas por todos" — observa o ministro Moreira Lima.

Com os convites a parlamentares do PCB, o Ministério da Aeronáutica procura virar definitivamente a página que encerra um período de participação político-partidária que chegou a comprometer a unidade da FAB. Era a época da participação de oficiais nos movimentos da extinta União Democrática Nacional (UDN) e da "República do Galeão", representada pela atuação política de oficiais identificados com a direita. Na FAB havia diversos grupos, da direita radical à esquerda radical — o centro, geralmente, era minoria; os liberais eram acusados pelos radicais de direita de estarem a um passo da esquerda, e pelos radicais de esquerda de serem reacionários. A FAB estava mais dividida em facções políticas do que em setores operacionais e não havia a prioridade pelo profissional, adotada pela oficialidade desde o último governo.

(Rio/Agência Estado)

# 'Propriedade depende do social'

CARLOS CHAGAS

Não tem limite a fantasia do anteprojeto de Constituição preparado na Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Ainda no título II, "Dos Direitos e Liberdades Fundamentais", letra A, número XIII, capítulo I, lê-se que o exercício de propriedade subordinar-se-á ao bem-estar da sociedade. Não consta do texto 87/89 e, por amplo demais, o princípio é perigoso e inexecutável. Poderá alguém alegar, com base na Constituição, não se sentir bem com a construção de frente de sua casa de amplo viaduto que lhe deversará a intimidade? Ou de um prédio de apartamento que lhe retirará a vista do mar ou da montanha?

Os notáveis da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, no ano passado, criaram o "direito à paisagem". A tanto não osaram os atuais constituintes. Quando enunciadas e não funcionam, essas coisas só servem para desmoralizar o Estado e suas leis. O que dizer, por exemplo, do que vem a seguir, admitindo-se no anteprojeto a desapropriação de bens de produção por utilidade pública ou interesse social, "desde que necessária à execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento social e econômico da União, dos estados e municípios"? Um plano de construção de carros populares por alguma estatal a ser criada levaria à desapropriação da Autolatina, por conta do preço mais alto do novo produto, em comparação com os fabricados hoje?

Cria-se o imposto de herança ao se tratar da "sucessão hereditária". Essa inovação segue na linha das constituições democráticas europeias, mas despertará ampla reação no campo. Muitas propriedades rurais precisarão ter partes desmembradas e vendidas para o pagamento do imposto de herança. Estará o Estado em condições de enfrentar a reação dos proprietários e suas consequências?

No número XV, "Da Segurança Jurídica", dispõe-se que não haverá foro privilegiado nem juízo ou tribunal de exceção. Mas, em capítulos posteriores, continua a ser dado, até com justiça, o direito de o presidente da República, deputados e senadores continuarem a ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Aplica-se, aqui, o "Efeito Pinóquio" de que falamos em reportagem anterior. Como o "Efeito Gafanhoto", no dispositivo de que nenhuma pena passará da pessoa do responsável. Porque a seguir acrescenta-se que "a obrigação de reparar dano poderá ser decretada e executada contra os sucessores..."

É óbvio que, no bojo dos 501 artigos do anteprojeto, estão também preceitos constitucionais lógicos, ne-

cessários e ortodoxos. Muitos artigos e até inovações encontram-se no lugar certo e se justificam. O que se critica é a proliferação de artigos, e parágrafos, boa parte deles objeto, no máximo, de leis ordinárias. Ou nem isso. Bem como se verbera a contradição, o lirismo e a demagogia de outros. Não dá para entender o relacionamento de princípios fantasiosos, inexecutáveis, dignos de constar do catecismo ou do programa de um governo demagógico, não de uma Constituição. Ou se acaba a pobreza por decreto e se estabelece a felicidade por preceito constitucional?

O acesso gratuito à Justiça, para quem não pode arcar com esse ônus, não é novidade. Mas está de tal maneira reforçado e detalhado que a consequência poderá ser, em curto prazo, a obstrução completa dos serviços judiciários, pelo acúmulo de ações e o desaparecimento das instituições. Se já funciona mal, a Justiça simplesmente não funcionará com a sobrecarga.

"Salários dignos não se conquistam com subterfúgios"

Princípios naturais estão aqui referidos, como o de que a lei não poderá excluir da apreciação judiciária nenhuma lesão de direito, ou que não prejudicará direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Nem comportará exceção ou terá efeito retroativo.

A letra O do número XV do Artigo 13 (por sinal, um artigo de 149 linhas e 1.639 palavras) estabelece que as pessoas civismente identificadas, isto é, com carteira de identidade ou sucedâneo, não serão submetidas a identificação criminal. Muito justo, evita-se o constrangimento de muita gente tocar piano, ou seja, deixar uma infinidade de impressões digitais nas delegacias e até ser fotografado de frente e de perfil, com a data pendurada no pescoço. Só que isso não é matéria constitucional. Uma simples portaria do ministro da Justiça resolveria a questão.

No exemplo acima repousa o cerne do erro dos atuais constituintes. Talvez por não confiarem na lei, tão desmoralizada, julgam que a solução para a sua aplicabilidade está na transformação de qualquer norma menor em artigo constitucional. Seria mais ou menos como vestir um tinte de várzea com a camisa da Seleção Brasileira e imaginar que, só por isso, ele não perderá de quatro a zero para a seleção do Chile.

Refere-se que os presos têm direito ao respeito de sua dignidade e integridade física e mental, à assistência espiritual, educacional, jurídi-

ca e sanitária, à sociabilidade, à comunicabilidade, ao trabalho produtivo e remunerado. Como se sentiriam interno da Ilha Grande ao ler o anteprojeto constitucional? Poderá pedir para ir embora, com base na nova Carta, já que vive em condições iguais às de um animal?

Haverá perda de bens em caso de enriquecimento ilícito no exercício da função pública e até na condição de administrador de empresa concessionária de serviço público, entidades de representação profissional, da administração indireta, de fundações mantidas ou subvencionadas pelo Poder Público e de instituições financeiras. E daí? Deveremos esperar a prisão de pelo menos um dos criminosos de colarinho branco, soltos por aí, se o texto em pauta for promulgado como se apresenta? O Código Penal já não dispõe assim ou parecido, de nada tendo adiantado até agora? Quem perde e se desmoraliza com isso?

No capítulo dos Direitos Sociais é consagrada a estabilidade no emprego aos 90 dias. Algo imaginado para dar tranquilidade ao trabalhador, só que vai amargurá-lo ainda mais. Aprovado esse artigo, as empresas terão necessariamente de encontrar mecanismos para descumprilo, sob pena da maior paralisação econômica de todos os tempos. O que dizer da fixação de 40 horas de trabalho semanal? Será por aí que vamos evitar a recessão e continuar crescendo? Alegam os defensores dessa proposta que o trabalho individual poderá passar das 40 horas, desde que se assegure o pagamento de horas extras ao trabalhador.

"Robôs em fábricas, só com autorização dos sindicatos"

Salários dignos, porém, não se conquistam com subterfúgios. E não se perguntou de onde as milhares de pequenas e médias empresas irão tirar recursos para pagar esse adicional, a não ser desempregando gente. Como pagar, também, o 14º salário, assegurado para o mês em que o empregado tirar férias? As estatais podem dar-se a esse luxo, e até a outros, pois não enfrentam problemas de caixa nem de falência. Basta que corram ao Tesouro. Será o caso, então, de transformar o Brasil numa imensa estatal? Consta-se de uma Aritmética, nesse capítulo, ao se escrever que a hora tem 45 minutos para o trabalho noturno.

Depois, vem dispositivo capaz de levar o ministro da Fazenda a grave preocupação: o reajuste de salários far-se-á sem prejuízo de sua elevação real, preservado permanentemente o poder aquisitivo. Outro "Efeito Pinóquio".

Um artigo contra os escoteiros e as bandeirantes: "É plena a liberdade de associação, inadmissíveis as de caráter paramilitar". Lê-se também que "os sindicatos terão acesso aos meios de comunicação", sem se dizer como. Presume-se venha a ter a imprensa a obrigação de divulgar informações do interesse dos sindicatos, exprimam ou não notícia de interesse público. Esse princípio lembra outro, da Constituição de 1937, que dizia não poderiam os jornais recusar inserção de matéria oriunda da Presidência da República.

"Nas greves, dá-se à raposa as chaves do galinheiro"

As associações de trabalhadores participarão obrigatoriamente das decisões das empresas, sempre que for discutida a redução ou eliminação de postos de trabalho. Traduzindo: robôs nas fábricas ou automação em geral só com autorização dos sindicatos.

Dá-se à raposa a chave do galinheiro quando, nas greves, caberá aos grevistas "a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade". Aos funcionários públicos não se proibirá mais entrar em greve, suprimindo-se as atividades essenciais que também não podiam lançar mão desse direito. Falta pouco para se permitir aos soldados a paralisação de suas atividades, sempre que discordarem do sargento ou apresentarem alguma reivindicação não atendida.

Profere-se a intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, temporária ou sazonal, boa forma de impedir o aluguel de trabalhadores rurais. Mas será que não ficam extintas, por esse artigo pouco claro, as empresas de prestação de serviços específicos, como limpeza e segurança?

Palavras são desperdiçadas no capítulo III, dos Direitos Coletivos, para a definição do direito de reunião e associação. Estende-se às entidades associativas e aos estabelecimentos de ensino a inviolabilidade de domicílio. Por certo que as universidades e os colégios não devem ser invadidos por ninguém, a não ser pelos estudantes e professores. Mas transparece esse dispositivo um dos maiores vícios do constituinte de 1987. Ele está redigindo uma Constituição contra o passado, voltada para trás, objetivando impedir a repetição das práticas exercíveis da ditadura militar. E por aí vamos. Uma constituinte tem de visar o futuro, apesar do "Efeito Gafanhoto" desse artigo, o célebre "obediências as exceções previstas em lei". (Continua amanhã)

## Cabral assegura que prato feito não passa

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, disse ontem que "nenhum segmento vai chegar à Assembleia Nacional Constituinte com um prato feito". Ele negou a possibilidade de determinados grupos poderem dobrá-lo, de acordo com os seus interesses, quando redigir o substitutivo, em meados de agosto, a partir das emendas que começaram a ser apresentadas no dia 17.

A atual fase é apenas de compatibilização do primeiro projeto às cerca de mil emendas, do total de 5.620 apresentadas e que 80% foram rejeitadas por serem de mérito ou de conteúdo. Por isso, Bernardo Cabral prevê que os constituintes esperancosos em mudanças de mérito vão ficar decepcionados, ao lembrar que caberá a ele compatibilizar sem alterar uma vírgula sequer o que foi aprovado nas oito comissões temáticas.

O relator tem se ostrado irritado não com as críticas ao primeiro anteprojeto de Constituição, resultante justo da compatibilização dos trabalhos das oito comissões, mas sim com as afirmações de que essa proposta é de sua autoria: "Esse projeto

não é meu, é bom que entendam, eu apenas compatibilizei o que veio às minhas mãos das comissões temáticas".

NOVO PRAZO

Bernardo Cabral deveria apresentar até a meia-noite de hoje o seu parecer sobre as emendas ao primeiro anteprojeto de Constituição, protocoladas até a semana passada. Mas esse prazo foi ampliado para até meia-noite de quinta-feira, a seu pedido, em face das emendas não terem chegado a tempo em suas mãos. Foram também adiados alguns outros prazos, menos o de entrega do primeiro projeto ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para publicação e início de discussão em plenário: 15, o de apresentação; nos dois dias seguintes, a publicação; e 17, início dos debates.

A partir do dia 17, e por 30 dias, começa o prazo de apresentação de emendas por todos os constituintes, de mérito ou de redação, e para os diversos segmentos da sociedade, desde que reunidos em grupos de no mínimo 30 mil pessoas e sob o patrocínio de pelo menos três entidades oficialmente reconhecidas. Depois, o primeiro projeto da Constituição entra em discussão e votação.



## Sant'Anna diz a Arinos que "velho" significa "experiente"

### As emendas recusadas vão voltar. Ao plenário

AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo e da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, informou ontem em Brasília que o grupo liberal na Constituinte rerepresentará em plenário as principais emendas que foram recusadas pela Comissão de Sistematização. Sant'Anna disse que ainda não tinha sido notificado oficialmente sobre a recusa da comissão e, por isso, não sabia quais as que foram aproveitadas. afirmou também que precisa conhecer o rol das emendas arquivadas, bem como as explicações da própria comissão sobre a diferença entre emendas de mérito e de adequação.

Segundo ele, a tendência agora é o projeto, "criticado por toda a Nação", seguir para o plenário praticamente como se encontra. Por isso, advertiu o líder, mais do que nunca é necessário um amplo entendimento entre todos os partidos para tornar o projeto compatível e passível de aprovação. A partir de agora, alertou, qualquer alteração em plenário exigirá os votos favoráveis de 281

constituintes: "O que dá no pau, dá no machado. E vamos ter uma votação artigo por artigo, emenda por emenda". Ainda assim, Sant'Anna está questionando se a Comissão de Sistematização tem o poder de recusar emendas de mérito e, simultaneamente, tomar atitudes de mérito.

Desmentido

No Rio, o ministro Aureliano Chaves desmentiu ontem que tenha procurado o deputado Ulysses Guimarães no final da semana passada para tentar neutralizar um pacto político que estaria sendo promovido pelo senador Marco Maciel, com a exclusão dos dois. O seu encontro com o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, disse o ministro, foi apenas para uma discussão em torno da Constituição, "que deve ser democrática, aberta e reformista e não pode ser conservadora". Aureliano afirmou que "a Constituição não pode refletir o pensamento unilateral de maiorias ocasionais e, para isso, deve ser sintética, em vez de descer a minúcias, onde há a tendência de confronto".

## Maluf, sem privilégios no partido

O PDS "não tem lugar privilegiado para ninguém dentro do partido", observou ontem o deputado federal Delfim Netto sobre Paulo Maluf, acrescentando que "ainda é muito cedo para se lançar candidatos à Prefeitura de São Paulo". Em entrevista concedida em seu escritório político na Capital, Delfim Netto ressaltou que Maluf "é um bom companheiro" e que tem "ligações profundas de amizade" com ele.

"Maluf hoje é um simples companheiro nosso. O partido lhe deu todas as chances possíveis. Na minha opinião, ele deve somar-se a nós nessa tentativa de reconstrução do PDS. Nós pretendemos reconstruir um partido realmente democrático, no qual as bases possam falar, no qual os diretores possam escolher livremente seus candidatos locais. Foi a interferência indevida na máquina partidária que destruiu o PDS", observou o ex-ministro da Fazenda.

A tentativa de reorganização do PDS, afirmou ainda Delfim Netto, deverá ser feita "sem estrelismos". E frisou: "Espero que Paulo Maluf continue conosco como um companheiro". O deputado federal pedesista por São Paulo comentou também a proposta do senador José Richa de suspender os trabalhos da Constituinte por 30 dias. "Acho que é uma proposta muito sensata, que poderia trazer de volta o Congresso ao seu centro de gravidade. Nós não precisamos ganhar campeonato de velocidade na produção da Constituição."

## Deputado quer Richa fora do PMDB

O deputado do Paraná José Domingos Scarpellini pediu ontem em Curitiba a expulsão do senador José Richa do PMDB, acusando-o de golpista por causa da proposta de Richa de suspender os trabalhos da Constituinte para cuidar dos problemas econômicos e sociais do País. Scarpellini viajou para Brasília disposto a entregar ao presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, proposta de punição contra o senador que "defende teses antidemocráticas". O deputado disse que "já na diplomacia Richa defendeu o abuso do poder econômico, dizendo que o TRE tinha se precipitado ao condenar os deputados federais Maurício Nasser e Basílio Villani". Ambos eram acusados de abuso do poder econômico.

ABERTAS RESERVAS  
**JULHO**  
Chalés Hotel  
**FAZENDA VALE DO SOL**  
SERRA NEGRA  
0192-92-3500  
SP-257-3955  
LUA DE MEL - FINS DE SEMANA-FÉRIAS